

Privataria e Desregulamentação

## GOVERNO GOLPISTA QUER IMPOR CAOS TOTAL

**Em nome do lucro, Temer quer impor a mais profunda e radical mudança no setor de energia elétrica, com o objetivo de transformar um bem essencial ao desenvolvimento e à vida em simples mercadoria**



Collor.

As duas consultas públicas devem ser transformadas em medidas provisórias (MPs) para retomar o processo de privatizações, com a venda de empresas do grupo Eletrobrás e de geradoras estaduais, acabando assim com o protagonismo estatal na operação da matriz elétrica brasileira.

Sob o discurso da eficiência e da geração de receitas extras para reduzir o estoque da dívida pública, o que veremos é a continuidade dos anos 90, com aumento significativo das tarifas e piora dos serviços prestados, expressa no elevado número de acidentes com a população, precarização das condições de trabalho e redução do número de empregos formais no setor.

**“deus mercado”**

A CP 33 recebe contribuições até o próximo dia 17 e vem sendo analisada pela direção do Sindicato para a definição de propostas que garantam energia de qualidade com tarifas acessíveis e sustentabilidade. Apesar disso, é fato que dificilmente o papel social do setor elétrico será levado em consideração.

“O objetivo do governo é transformar energia em commodity de uma vez por todas. Certamente as contribuições dos trabalhadores e da sociedade civil não serão levadas em conta, pois o que eles querem é que a energia deixe de ser considerada um serviço essencial ao desenvolvimento e se transforme em simples mercadoria, regulada pelo deus mercado”, analisa a direção do Sinergia CUT.

Uma das propostas criadas pelo governo ilegítimo é o chamado “lastro”, que é o volume de energia elétrica que as distribuidoras serão obrigadas a contratar, mas sem definir como nem quanto. Isso afeta diretamente a relação da empresa com os consumidores, principalmente os residenciais. Atualmente, esses consumidores têm garantia de abastecimento, por meio de uma só empresa de distribuição e pagando tarifas também pela transmissão, junto com vários encargos e impostos embutidos.

**Tarifas abusivas**

Com essa proposta de desregulamentação do mercado até 2028, o que hoje é assegurado passa a não ter mais garantia nenhuma, impactando diretamente as tarifas pagas pelos consumidores, podendo chegar a valores abusivos e astronômicos, independentemente da matriz energética. Sem falar que esse desmonte completo acaba com todo e qualquer incentivo e investimento no setor, inclusive programas sociais como o Baixa Renda e o Luz Para Todos.

Nada deve restar também do sistema de cotização implantado pelo governo Dilma Rousseff (PT), onde 100% da energia contratada vai para o mercado cativo. Em 2013, Dilma também promulgou a lei 12.783,

que renovou as concessões e reduziu tarifas.

**Descotização em nome do lucro**

A realidade agora é outra. Com o governo golpista, o Brasil passa a seguir à risca o comando de megacorporações multinacionais, grandes bancos e rentistas. O poder econômico tomou conta de um Brasil dominado, sem independência e sem soberania nacional. Essa política submete todas as decisões ao mercado e entra em confronto direto com os direitos da população.

É assim também com a proposta de descotização e privatização agora escancarada por Temer. Atualmente, as empresas trabalham de olho nos mercados cativo (consumidores) e livre (excedente da geração). A intenção da descotização é criar uma espécie de bolsa de valores de geradoras, transmissoras e distribuidoras, privilegiando o lucro e comprometendo o preço das tarifas, o que atinge em cheio os consumidores brasileiros, principalmente os residenciais.

A proposta de redução da energia compulsória não garante mais cotas de volume e potência. Ao contrário. O projeto de descotização afirma que a redução “tem conexão muito grande com o aumento da liquidez de mercado e flexibilidade do portfólio das distribuidoras em resposta à ampliação do mercado livre”.

**Privataria aumenta tarifas**

Para completar o projeto do golpista, nada melhor que rifar o que resta do patrimônio público, repassando concessões federais para o capital preferencialmente internacional. E a retomada da privataria, inaugurada pelos governos tucanos há mais de duas décadas, começa pelo Sistema Eletrobras e pela paulista Cesp. A ordem é privatizar ativos, com destaque para a produção independente de energia.

Os direitos dos consumidores são apenas um detalhe, como afirma o próprio documento em debate na CP: “Do ponto de vista do MME, o ideal seria uma destinação maior de recursos das privatizações para a CDE e a atribuição de alguma parcela do benefício diretamente à empresa que está privatizando, pois isso permitiria um alívio maior dos custos repassados aos consumidores”. Não é o que vai acontecer.

O livre comércio, que reduziria o risco de o preço recontratado ser excessivamente elevado, também está descartado. “Novamente, esse movimento atenderia melhor aos objetivos do MME se a maior parte dessa renda ficasse no setor elétrico, readequando decisões alocativas associadas à renda hidráulica, que em 2013 ficou concentrada no mercado regulado, com concomitante redução na exposição ao risco dos consumidores”, afirma o documento.

“Esse é um projeto devastador que despreza a qualidade e eleva tarifas. O maior golpe no setor brasileiro de energia elétrica”, conclui a direção do Sindicato.

O setor elétrico brasileiro passa atualmente pelo maior ataque já executado pelos rentistas do capital nacional e internacional, consequência da política neoliberal adotada pelo governo golpista de Michel Temer (PMDB), com a intenção de desregulamentar e instalar o caos no setor de energia elétrica. Recentemente, duas consultas públicas foram abertas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), sob o comando do golpista Fernando Coelho Filho (PSB).

Uma delas - a CP 32/2017 - discute “princípios para a reorganização do setor elétrico”, a partir de dez diretrizes baseadas no estado mínimo, em que o governo fica isento de quaisquer responsabilidades sociais, e no controle dos preços das tarifas determinadas apenas pelo mercado. Essa Consulta já foi encerrada e o Sinergia CUT encaminhou contribuições junto com o Comando Nacional dos Eletricitários (CNE) para questionar o modelo que certamente será adotado pelo governo e empresários, desprezando que energia é um bem essencial e não pode ser tratada como simples mercadoria como pretendem os golpistas.

Essa intenção é ainda mais escancarada com a CP 33/2017, que faz “proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico”, impondo a mudança mais radical da legislação desde 1995, retornando à era

**Uma história de desmonte irrestrito**

Em 27 anos, setor é arrebatado em SP e no Brasil

**Furnas na mira dos golpistas**

Cemig é outra empresa que vai entrar na liquidação

**Tucanos e uma obsessão: entregar Cesp**

Leilão está marcado para o dia 26 em São Paulo

**Ainda nesta edição**



Histórico do Setor Elétrico

# Patrimônio energético sofre desmonte

Processo de privatização repassa um serviço público essencial à vida e estratégico ao desenvolvimento econômico à iniciativa privada

A reformulação do setor elétrico iniciou-se com a Lei 8.987, de 14 de fevereiro de 1995, conhecida como a Lei de Concessões dos Serviços Públicos, e com a Lei 9.074, de 19 de maio de 1995, a partir das quais foram estabelecidas as bases para um novo modelo institucional do setor elétrico. Simultaneamente foram empreendidas a reestruturação organizacional e de propriedade do setor, esta através da privatização de empresas e da atração dos capitais privados para assegurar a sua expansão. Ao longo do tempo, muitas mudanças ocorreram na regulamentação do setor (gráfico abaixo). E, o que impressiona é que, mesmo diante de protestos e denúncias, a privatização continua e traz problemas à toda a população. Um exemplo mais gritante foram as inúmeras denúncias feitas pelo Sinergia CUT

em 1995 sobre o risco de apagão, que se concretizou em 2001. Uma das mudanças se deu em decorrência da Medida Provisória (MP) 579/2012, que tratou sobre a renovação dos contratos de concessão de empresas de energia elétrica a partir de 2013 e a redução das tarifas de energia através da apropriação dos ganhos dos ativos amortizados e da alteração da incidência de encargos setoriais, proporcionando redução entre 16,2% e 28% nas tarifas de energia. A 579 se transformou na Lei 12.783/13. Uma das emendas vetadas pelo governo federal foi a de nº 72, que incluía, dentre as condicionantes para renovação das concessões, a obediência a padrões de saúde e segurança no trabalho que seriam definidos pela Aneel. A emenda, apresentada pelo deputado

Vicentinho (PT-SP), a pedido da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT) e do Sinergia-CUT, foi aprovada pelo plenário da Câmara e do Senado. Desde a sua criação, o Sindicato luta contra o desmonte dessa matriz energética e entende que o controle do Estado sobre as matrizes energéticas é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, como levando o acesso à energia elétrica nas comunidades que não são consideradas de viabilidade econômica para uma distribuidora privada. Outro fator é o aumento da tarifa. Isso porque uma empresa privada visa,

em primeiro lugar, o lucro. Para o trabalhador do setor, o cenário é ainda pior diante das reestruturações acionárias e das fusões que, na maioria das vezes, levam à precarização e à terceirização do trabalho.



Privatização à vista?

# Só os trabalhadores podem evitar a entrega de Furnas

Venda da empresa e do Sistema Eletrobrás abriria as portas para novos prejuízos aos consumidores e trabalhadores

Não bastou rasgar a Constituição e depor uma presidenta eleita pelo voto. O governo ilegítimo de Michel Temer quer promover uma verdadeira liquidação do estado, em que a intensificação do programa de privatização é peça chave. Uma atitude com consequências negativas sociais, trabalhistas e econômicas. E Furnas está na mira, um patrimônio construído desde a Era JK e que agora pode ser entregue de mão beijada. Que ninguém se iluda: a entrega de Furnas é o pontapé inicial para o fim da energia com controle social e poderá provocar uma corrida desenfreada de aumentos na tarifa. Prejuízo à população Especialistas já dizem que se a privatização e a nova política de tarifas for colocada em prática, um consumidor que atualmente paga uma conta de R\$ 100 poderá chegar a pagar R\$ 500 mensais.

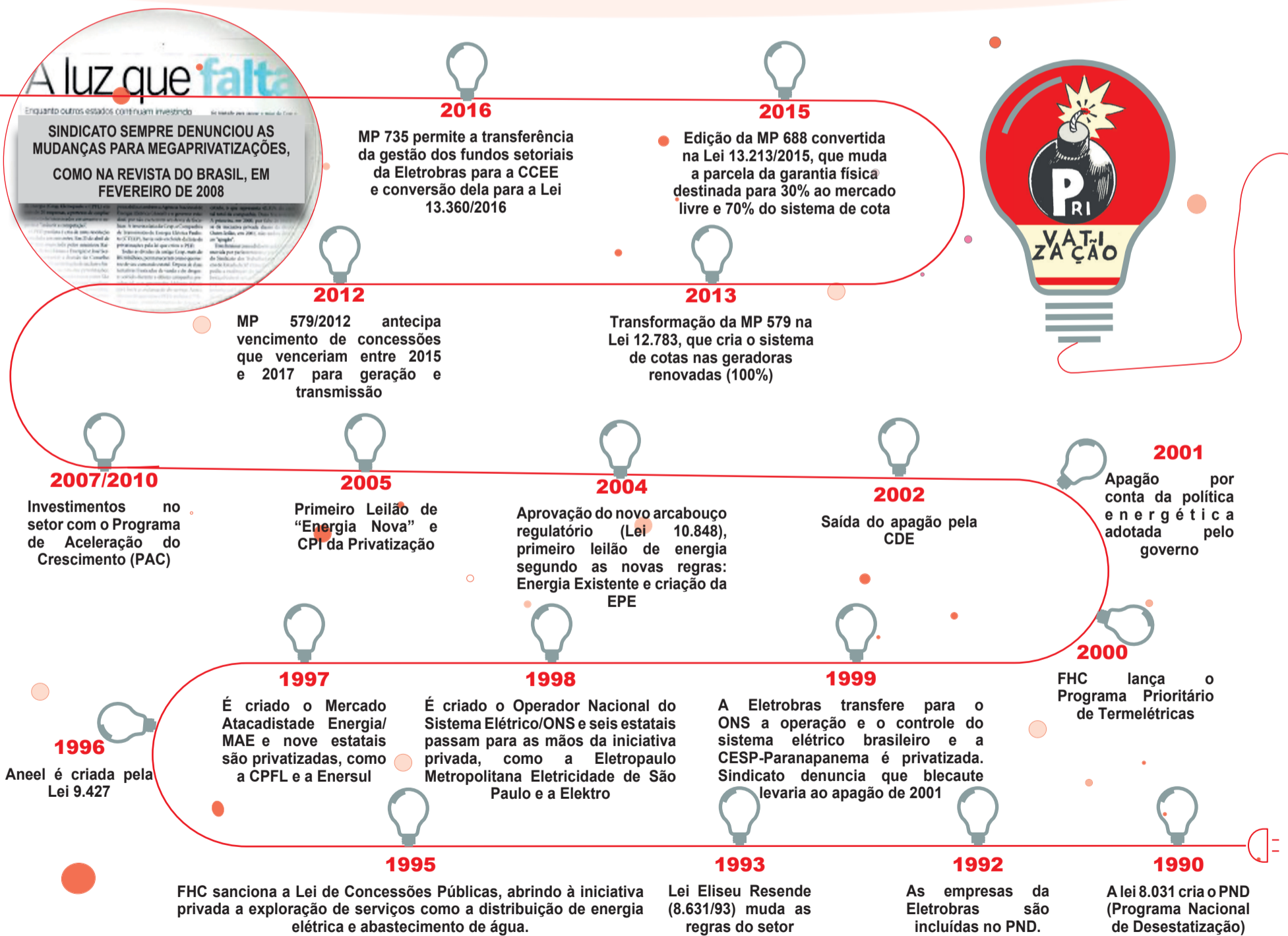
Pior: programas como o "Luz para Todos", voltados para trabalhadores rurais de baixa renda certamente não teriam continuidade nos moldes atuais. E nunca esquecer que Furnas tem papel fundamental na execução do programa. Se Temer colocar em prática as propostas em debate nas Consultas Públicas 32 e 33 em trâmite no Ministério de Minas e Energia os trabalhadores terão prejuízos incalculáveis. Primeiramente, no corte de vagas e precarização das condições de trabalho. A queda no número de vagas também vai acarretar em arrecadação menor na Fundação Real Grandeza, responsável em ad-



ministrando o plano de previdência dos Trabalhadores de Furnas e de todo o sistema Eletrobrás. Ou seja, a aposentadoria ficará comprometida. Teoria da conspiração? Delírio? Cuidado excessivo com Furnas? Nada disso. Basta ver o que aconteceu nos últimos 20 anos no estado de São Paulo. Apesar da luta e disposição de denunciar do Sinergia CUT, empresas robustas foram vendidas pelo governo tucano a preço de banana e o resultado está à vista de todos: sucateamento das condições de trabalho, disparada do número de acidentes de trabalho, queda na qualidade do serviço e inúmeras tentativas dos novos controladores de atacar direitos e conquistas. O Sinergia CUT por já ter vivido e sentido as consequências desta política nefasta empreenderá todos os esforços para evitar a entrega e a privatização de Furnas, da Usina de Estreito e de todo sistema Eletrobrás. Mobilizações e eventos serão realizados para conscientizar a sociedade sobre esta medida nefasta do governo golpista e que não pode prosperar. Em hipótese alguma. A hora é essa. Vem lutar com a gente por um patrimônio que pertence ao Brasil.



## Principais mudanças na regulamentação do setor



## Sistema Eletrobrás: o que realmente está em jogo



Caso o plano de Michel Temer produza o resultado nefasto esperado, a Eletrobrás poderá privatizar até 14 usinas hidrelétricas antigas pertencentes às subsidiárias Chesf, Furnas e Eletrobrás que foram renovadas pela lei 12783 de 2013 (Medida Provisória 579/2012). Esse movimento deve afetar as

contas de luz de todos os brasileiros, mas tem potencial de reforçar o caixa da estatal e as contas do governo. A intenção do governo é enganar o povo brasileiro com uma tática conhecida: diluir os aumentos e colocar todo esse volume à venda de maneira escalonada. Juntas, as 14 usinas têm hoje capacidade instalada de 13.907,51 megawatts de energia e geram eletricidade suficiente para atender de 20 milhões a 25 milhões de residências. As 14 usinas da Eletrobrás que podem ser vendidas operam cobrando apenas os custos de operação e manutenção, com preços predefinidos, pelo chamado regime de "cotas". No

total, a estatal conta com 47 hidrelétricas. Atualmente, a tarifa das cotas é de cerca de R\$ 60 por megawatt-hora (MWh). Quando miramos a nossa atenção aos contratos do mercado regulado, firmados em leilões, por sua vez, a Eletrobrás apurou a tarifa média de R\$ 200/MWh em 2016. É daí que vem o aumento na conta de luz. Caso as usinas sejam privatizadas de uma só vez, o impac-

to previsto pelo próprio governo nas contas de luz de todos os brasileiros é de uma alta de até 7%. Entre as principais hidrelétricas que podem entrar na lista para entrega ao setor privado pelo governo ilegítimo estão o Complexo de Paulo Afonso (na Bahia) e Xingó (entre Alagoas e Sergipe), operadas pela Chesf; e usinas de Furnas, como Marimbondo e a Hidrelétrica de Furnas (ambas em Minas Gerais).



## Cemig entra no programa de privatização (ou liquidação?) de Michel Temer

Sem querer perder tempo, o governo ilegítimo de Michel Temer patrocina um desmonte sem precedentes no setor elétrico. Em reunião pública da Aneel realizada na terça-feira (08/08) a entidade anunciou a publicação de edital para o processo de contratação das outorgas de concessões das usinas hidrelétricas São Simão (GO/MG), Jaguará (MG/SP), Miranda (MG) e Volta Grande (MG/SP). O leilão O leilão está marcado para 27 de setembro de 2017, às 10h, na sede da BM&FBOVESPA, em São Paulo. Os contratos têm prazo de 30 anos e será declarado vencedor o proponente

que ofertar o maior valor de Bonificação pela Outorga, respeitado o valor mínimo para cada usina. De acordo com estimativas da própria Aneel, a expectativa é arrecadar R\$ 11 bilhões com o processo de venda. Mas a venda embute um prejuízo aos trabalhadores. Quem levar as usinas pertencentes a Cemig não terá obrigação nenhuma de assumir o quadro de trabalhadores. Ou seja, não existe garantia nenhuma de que seus direitos e conquistas serão respeitados. Nos processos realizados em São Paulo, o Sinergia CUT trabalhou para que dois cenários virassem realidade: ou o comprador recebia os trabalhadores ou existia a negociação para que esses companheiros não ficassem desamparados. A condução do processo de privatização da Cemig é uma prova de como o governo ilegítimo pretende tratar os trabalhadores.





## Privatização da Cesp

## Leilão está marcado para o próximo dia 26

Valor estipulado da venda é de cerca de R\$ 2 bilhões

em leilão marcado para às 10h do dia 26 de setembro deste ano na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), em São Paulo.

O edital do leilão foi publicado no último dia 3, no Diário Oficial do Estado. A concessão destas três usinas não venceu ainda, ao contrário das Usinas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira que foram licitadas por 30 anos.

A Cesp irá dispor ao novo vencedor do leilão o tempo restante de operação para cada contrato de concessão (**veja arte ao lado**). Os interessados deverão apresentar os documentos de pré-identificação, das garantias de participação e das propostas dos participantes no dia 18 de setembro.

Ao todo serão ofertadas 116.450.297 ações de emissão da Cesp ao preço de R\$ 16,80 por ação. A, aos trabalhadores que estavam ativos na empresa até 31 de julho de 2016 serão destinadas 5% do total (16.375.632 ações) em dois lotes: um com 689.520 ações

## UHE PORTO PRIMAVERA



Concessão vence em 11/07/2028. Batizada Usina Sérgio Motta, é a que possui a barragem mais extensa do Brasil, com 14 unidades geradoras com 1.540 MW de potência instalada.

com deságio de 50% a R\$ 8,40 por ação e o outro com 15.686.112 ações

sem deságio a R\$ 16,80 por ação, o que coloca o valor mínimo da operação em cerca de R\$ 2 bilhões.

Com referência a essa fatia de 5% do capital destinada à oferta aos empregados, uma quantia adicional de R\$ 5,79 milhões deverá ser paga para compensar as ações ofertadas aos empregados com deságio. Adicional-

## UHE PARAIBUNA

Concessão vence em 09/03/2021. A principal finalidade do reservatório da UHE Paraibuna é regular a vazão do Rio Paraíba do Sul, responsável pelo fornecimento de água para várias cidades do Vale do Paraíba e do Estado do Rio de Janeiro.



## UHE JAGUARI

Concessão vence em 20/05/2020. Seu reservatório tem 56 km² de extensão e sua principal finalidade é permitir o controle da vazão do Rio Paraíba do Sul.



mente, o novo controlador deverá realizar uma oferta pública de aquisição (OPA) para os demais acionistas, oferecendo um preço equivalente a 100%

do ofertado no leilão para os detentores de ações preferenciais e 80% do preço final para detentores de ações ordinárias. É preciso reforçar que a privatização da Cesp lesa o interesse público. O 1º leilão foi em novembro de 97: foram vendidas 60,7% do total de ações ordinárias da CPFL, que era controlada pela Cesp desde 1975.



Vineta e a nos depois do início da privatização do setor elétrico no estado de São Paulo, processo de entrega que ficou conhecido como privataria Tucana, o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) retoma a estratégia de entrega das três últimas usinas remanescentes e sobreviventes da Cesp (Companhia Energética do Estado de São Paulo). A estatal que já foi considerada a maior geradora de energia elétrica dos paulistas e a terceira maior do Brasil. Agora, a privataria Tucana mira as usinas hidrelétricas de Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna, com a intenção de rifar mais esse patrimônio público

## Essa luta contra a privatização é do Sindicato

Para o Sinergia CUT, a luta prioritária é de resistência contra o desmonte de um serviço essencial à vida e ao desenvolvimento nacional, marca registrada da privataria Tucana. O Sindicato continua resistindo contra a entrega de mais um patrimônio público ao capital preferencialmente internacional para, em nome do lucro, precarizar as condições de trabalho, reduzir empregos, ampliar a terceirização que mata, aumentar tarifas e fazer cair a qualidade da energia.

Por isso, cobrou a garantia de direitos para trabalhadores e protestou contra privatização da Cesp durante audiência pública, realizada em 11 de julho, para debater a venda da geradora. Para o Sinergia CUT, que

participou com uma caravana, faltou transparência e democracia na audiência.

A entidade sequer conseguiu falar das reivindicações dos trabalhadores, agrupadas em documento oficial já entregue ao secretário da Fazenda de SP, Hélio Tokeshi, em reunião realizada dois dias antes e que contou com a participação do deputado estadual e líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, Alencar Santana.

Além disso, o Sinergia CUT apresentou moção de repúdio ao governo Alckmin intitulada "Não à privatização da Cesp, patrimônio do povo paulista!" durante a 15ª Plenária Estatutária da CUT SP, realizada em 22 de julho.



Foto: Divulgação

Dirigentes sindicais protestam na Audiência Pública convocada para debater venda da geradora. Evento foi marcado pela falta de informação e de transparência e, nada de democracia

## Sinergia CUT pede garantias aos trabalhadores

Nove reivindicações dos trabalhadores constam do documento oficial do Sinergia CUT entregue ao secretário da Fazenda de SP, Hélio Tokeshi. Dentre elas, a garantia integral do Acordo Coletivo de Trabalho vigente, incluindo a política de emprego que impede demissões arbitrárias ou em massa.

Outra prioridade é a manutenção do vínculo dos trabalhadores ao Fundo de Pensão da Fundação Cesp, estendendo o benefício aos futuros contratados, mantendo as contribuições atualmente praticadas e preservando todos os direitos adquiridos.

O Sindicato reivindica também a

**CESP OPERA 1,65 GIGAWATT**

manutenção de um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, a obrigação de não terceirização de quaisquer atividades-fim, a garantia dos padrões de saúde e segurança do trabalho, o respeito aos direitos dos consumidores através da prestação de serviço com qualidade e sustentabilidade ambiental.

A garantia de oferta de ações da geradora aos trabalhadores também é reivindicada, com o montante mínimo dos 5% previstos por lei e com deságio de 100%, através de um Clube de Investimentos formado pelos eletricitários da Cesp.

## Endividamento da Companhia "encolhe"

O representante do Banco Fator, contratado pelo governo estadual para encaminhar avaliação e modelagem de venda, deixou escapar, durante a audiência pública (**matéria acima**), que o endividamento atual da geradora é de R\$ 700 milhões, uma "redução natural" na performance financeira, sem nenhuma explicação sobre como isso aconteceu.

Na época em que venderam as cindidas da Cesp, nos anos 90, a dívida herdada pela geradora para tornar as demais atrativas ao capital privado foi de R\$ 14 bilhões, caindo para R\$ 4,1 bilhões em 2011, apesar de dolarizada.

A luta prioritária do Sindicato é impedir que companhias de interesse estratégico para o desenvolvimento do país sejam leiloadas.

## Veja como ficam outros pontos com o edital do leilão

**UHE Jaguari:** Consta no Edital que o Estado de São Paulo pleiteará junto ao poder concedente, o direito de voltar a operar a UHE Jaguari após o término do contrato de concessão, devido à sua importância hídrica.

**Aposentados Lei 4819/58:** O Estado de São Paulo repassará à Cesp, ou à Fundação Cesp, os recursos necessários ao custeio dos aposentados 4819.

**Fundação Cesp - Planos de Previdência e de Saúde:** O Edital não assegura a manutenção da Fundação Cesp como administradora dos planos de previdência e de saúde.